

PSICOLOGISMO E MUDANÇA SOCIAL*

Tania Coelho dos Santos

Publicado em *Physis Revista de Saúde Coletiva*, IMS/Relume Dumará, volume 1, número 2, pags 74-95, 1991

Introdução

A cultura psicanalítica pode ser pensada com recurso à teoria psicanalítica do sujeito. O *psicologismo*, dialeto produzido por essa cultura, expressa a demanda de mudança dos sujeitos nessa mesma cultura em direção às *representações ideais*, gestadas pelos ideais analíticos particulares às diferentes versões da psicanálise difundida. O psicologismo pode ser apreendido como uma prática de elaboração de si.

A correta articulação do pensamento psicanalítico é fundamental para a captação do psicologismo como dialeto da demanda de psicanálise. Os trabalhos de autores brasileiros sobre a questão da modernização social no Brasil permitem entrever os contornos, no campo do psicologismo, das duas principais versões da cultura psicanalítica. A leitura que fizemos desses trabalhos foi marcada pela perspectiva de que o sujeito da chamada modernização social é uma produção da cultura psicanalítica. Seu psicologismo é a expressão de sua demanda por conformar sua subjetividade aos 'ideais analíticos', difundidos como verdadeiras *Weltanschauungen* fundadas na teoria psicanalítica.

Essa leitura do psicologismo e do processo de mudança social inspira-se, de um lado, na própria teoria psicanalítica do sujeito e, de outro, na analítica das relações concretas de poder de Michel Foucault. Na teoria psicanalítica porque o pensamento de Freud é pródigo em reflexões sobre a relação do sujeito com o ideal e deste último com a economia psíquica e a organização grupal. No pensamento de Foucault enquanto crítica à negatividade da noção de ideologia. Por meio dessa inspiração, quisemos evitar dissociações teóricas, que induzem a relegar ao campo da sociologia o tratamento da questão da difusão da psicanálise e de seus efeitos. A teoria psicanalítica do sujeito permite dar conta de aspectos muito finos dessa discussão, que, como veremos, transparecem nas lacunas do tecido conceitual dos trabalhos que analisaremos em seguida.

A teoria psicanalítica não dissocia indivíduo e sociedade. Por isso, pode usar seu aparelho conceitual para pensar os efeitos de sua própria difusão no campo dos ideais dominantes na cultura. Sempre que não se considerem a linguagem e a cultura na constituição do sujeito, credita-se à teoria psicanalítica uma dissociação entre o social e o individual. Assim, o campo das 'ideologias', das 'representações sociais' ou dos ideais de uma certa cultura deve ser tomado na positividade plena de seus efeitos para a constituição do sujeito. E, do mesmo modo, o discurso sobre si, ou o psicologismo dos sujeitos da cultura psicanalítica, não é uma ideologia no sentido negativo de má consciência. O psicologismo é a via legítima de captação da relação do sujeito com os ideais éticos e estéticos de sua cultura e o meio pelo qual se expressam sua adesão a

* Este ensaio foi extraído da tese de doutoramento "Subjetividade e difusão da psicanálise: uma discussão de cultura psicanalítica". PUC, Rio de Janeiro, 1990.

esses ideais e sua demanda por conformar sua própria subjetividade segundo esses ideais.

I- A questão do ‘ponto de vista’: pesquisadores x entrevistado

Os trabalhos que discutiremos em seguida orientam-se por um objetivo comum: analisar o processo de modernização social no Brasil. Todos eles tiveram de certo modo que lidar com o problema do psicologismo e da forte influência da difusão nos fenômenos sociais analisados. A influência da teoria psicanalítica é também muito forte na cultura universitária, da qual fazem parte sociólogos, antropólogos e psicólogos. Essa influência insinua-se nos modelos de análise utilizados por alguns autores, sem que, entretanto, o regime de inserção do ponto de vista psicanalítico tenha sido explicitado.

Nosso comentário vai procurar explicitar e radicalizar o referencial psicanalítico onde supomos que ele esteja implícito, incluindo-o e redimensionando a discussão onde acreditamos que ele faz falta. Nesse sentido, vamos tratar das relações entre o psicologismo e a subjetividade, no campo intrapsíquico e intersubjetivo, tendo em conta a metapsicologia freudiana dos ideais, considerando sua dupla face: a que remete aos ‘modos de investimento’ e que diz respeito às vicissitudes da pulsão na economia psíquica; e aquela que remete à eficácia dos processos identificatórios como modo de articulação do sujeito no grupo social. Por essa razão, a expressão *representações ideais* nos parece preferível à noção de ‘ideologia’. Essa noção evoca a dimensão dos ideais como um investimento psíquico, o caráter contraditório e múltiplo das identificações, e situa a ‘mudança social’ no campo dos ideais e das práticas de elaboração de si. Assinalamos assim que, pela noção de *representações ideais*, desejamos marcar a inserção dos ideais nos campos social e psíquico justamente por seu caráter de produção do desejo – ao contrário da noção de ideologia que costuma ser contraposta à ‘realidade de fato’. Desse modo, acreditamos sustentar nossa análise na impossível dissociação entre indivíduos e sociedade, evitando alguns dos mal-entendidos que dificultam a discussão do imaginário da modernização social.

O fenômeno da psicologização parece representar um intransponível obstáculo para uma avaliação do processo modernizador. Avaliamos que essa dificuldade é conseqüência de um certo modo de conceber as relações entre indivíduo e sociedade, que se cristaliza na noção de ‘ideologia’ e pela qual a referência do eu ao ideal é passível de ser captada como ‘ilusão’ mais ou menos carente de positividade. Desse ponto de vista, a ‘ideologia’ não é compreendida como uma dimensão intra e intersubjetiva e não se considera o *movimento* do sujeito na relação com seus ideais, ou do social no seu constante produzir de novos ideais.

Por outro lado, reduzir a difusão da psicanálise e da cultura psicanalítica a uma mera ‘ideologia individualista’ importa em desconsiderar a retórica dos sujeitos entrevistados enquanto uma prática de elaboração da subjetividade e, por isso, referida a ideais éticos e estéticos. Se tomamos o psicologismo como uma prática e não uma retórica vazia, podemos por meio dele perceber suas modificações na articulação com a economia dos investimentos psíquicos na relação com os ideais e não menos com o movimento de transformação próprio ao campo psicanalítico oficial e seus ‘ideais analíticos’.

A plena positividade nas mudanças sociais contemporâneas tem ligação íntima com o campo da teoria psicanalítica difundida e com o impacto desta sobre a ética e a estética dos sujeitos e da cultura. Por essa razão, seria preciso identificar e valorizar as mudanças de retórica dos sujeitos, pois através delas é possível captar a direção das

mudanças nos ideais dominantes da cultura, que, como afirmamos, vêm sendo profundamente marcados pela evolução do movimento psicanalítico. O regime da referência do sujeito ao seu ideal – que chamamos ‘o modo de investimento’ – é um dos modos de captação dessas mudanças e consiste nas inflexões da própria economia psíquica na relação com determinados ideais. As *representações ideais* em si mesmas são outro meio de captar a direção das mudanças sociais, porque num período muito curto o conteúdo das ‘ideologias’ também se modifica, o que certamente se refletirá naquilo que os sujeitos desejam e dizem de suas experiências ou de seus projetos existenciais.

No primeiro caso, trata-se de valorizar o movimento do sujeito no processo identificatório que se esboça no seu psicologismo. O caráter de realização antecipatória da identificação à *representação ideal* transparece no ‘modo de investimento’ apaixonado, pelo qual o sujeito, no movimento de adesão às *representações ideais* hegemônicas, supervaloriza a aproximação ou o afastamento do seu eu em relação a essas representações. Se essa dimensão não é considerada pelo pesquisador, impõe-se a conclusão de que a representação que o sujeito faz de si é ‘falsa’, é ilusória, porque do ponto de vista do pesquisador o sujeito não parece ser conforme o ideal que professa.

Este não é o único problema que a análise da retórica dos entrevistados pode colocar em razão de sua inevitável relação com a realidade psíquica e com o desejo. Em consequência dessa relação com o desejo, o investimento do sujeito no seu ideal se modifica ao longo de seus esforços para realizar seus projetos. A mudança que se passa no campo do investimento no ideal pode produzir no entrevistador a impressão de que o projeto ‘fracassou’. A correta identificação do conteúdo destes depoimentos poderia sugerir que a realização do projeto não trouxe a *satisfação esperada*. Nestes casos, o conteúdo decepcionado da entrevista tem menos a ver com um projeto que não se realizou do que com uma realização que não ensejou a plenitude da *satisfação esperada*¹. Algumas vezes, as mudanças correntes na sociedade configuram novas *representações ideais* que se traduzirão pela mudança do investimento em direção a outras metas. A análise das entrevistas confronta-se com uma nova fonte de dificuldades, pois aquilo que o sujeito diz de seus projetos traz a marca dessas mudanças no campo dos valores sociais e reflete, por vezes, a adesão a novos ideais. Quando essas mudanças não são consideradas, o pesquisador é conduzido ao falso problema de julgar, quantificar, determinar o grau de modernização de seus entrevistados.

O processo modernizador não difunde apenas uma ‘ideologia’ individualista. Por isso, torna-se necessário registrar as nuances dessa ‘ideologia’. Caso contrário, tende-se a eleger uma delas como a representante do novo, e qualquer outra será percebida

¹ Pois, como observa Lacan (LACAN J., *A Ética da Psicanálise*, Zahar, Rio de Janeiro, 1988, p. 56) sobre um trecho do Projeto onde Freud se refere à ação específica: “Há aqui todo um trecho extenso que terei oportunidade de retomar e de extrair o sumo para vocês. Não há comentário mais vivo dessa margem tão inerente à experiência humana, dessa distância que é manifesta no homem entre a articulação do anseio e o que ocorre quando o desejo toma o caminho de realizar-se. Freud articula o porquê de haver sempre aí algo que está muito longe da satisfação, e que não comporta as características buscadas na ação específica. E ele termina com a palavra – creio que é a última de seu ensaio – de qualidade monótona. Em relação a tudo que o sujeito persegue, o que pode produzir-se no âmbito da descarga motora tem sempre o caráter reduzido”.

como expressão de um ou de outro modo de ligação com o antigo. Desse ponto, é um passo quase certo julgar, pela retórica dos sujeitos, que a modernização social falhou.

Os efeitos do processo de modernização social, analisados em diversos trabalhos recentemente elaborados no Brasil, serão, como anunciamos, objeto de um comentário particularizado. Vamos nos interessar fundamentalmente por duas questões: como são tratadas as *representações de si com os ideais*, pondo em relevo principalmente a eficácia concedida pelo pesquisador às *representações ideais*; e a consideração pelo 'modo de investimento'.

II- Dois ideais de família, dois tipos de 'identidade'

Figueira² caracteriza dois modelos de funcionamento das relações familiares, fundados em paradigmas distintos. O modelo de família hierárquico (ou tradicional) organiza-se a partir do relevo concedido às diferenças entre os diversos componentes. Homem e mulher não são percebidos como 'indivíduos' diferentes, como pessoas, mas sim como pertencentes a 'categorias' diferentes. Por essa razão, desempenham papéis concebidos de acordo com a 'categoria' a que pertencem. De modo idêntico, adultos e crianças são entidades radicalmente distintas.

De acordo com Figueira, os princípios organizadores dessa classificação dos indivíduos em categorias são percebidos pelos sujeitos como inerentes à própria realidade dos objetos, como imanentes a esses objetos. Pai, mãe e filhos relacionam-se segundo regras que, operando no interior da família, guardam uma relação com a cultura de classe *lato sensu*. A realidade visível dos seus membros (sexo e idade) fixa o lugar na família e delimita com clareza as fronteiras entre situações, ocasiões e pessoas. Essas regras ordenam-se num código que, como veremos mais adiante, funciona em 'primeiro grau', pois determina claramente quais os comportamentos adequados à regra.

Ainda de acordo com Figueira³, a família hierárquica é relativamente organizada ou 'mapeada'. Homem e mulher manifestam suas diferenças acentuando sinais visíveis, como tipos de roupa, linguagem e comportamento, e até sentimentos adequados a cada sexo. Adultos são diferentes de crianças, sabem mais e melhor. Manifestam sem ambigüidade essa distinção, exercendo a autoridade com o sentimento de que esse papel é absolutamente legítimo, dada à diferença de categoria que os separa. Essas características seriam reveladoras de um código constituído por regras de 'primeiro grau'.

O segundo modelo de família descrito por Figueira está fundado no paradigma do individualismo igualitário, que se manifesta na dissolução das categorias de gênero e geração. As diferenças entre os indivíduos são tratadas como diferenças pessoais, e não etárias e sexuais. Por essa razão, tendem a desaparecer os sinais estereotipados e visíveis que distinguem as categorias segundo o gênero ou a geração.

O modelo igualitário de família funda-se na 'ideologia' ou *representação ideal*, como preferimos chamar, do igualitarismo. Enquanto ideologia, um princípio geral e abstrato que depende dos sujeitos para ser concretizado. O sujeito, neste caso, é um

² FIGUEIRA S.A., "uma visão do mundo brasileiro". *Jornal do Brasil*, 20 de dezembro de 1981.

³ FIGUEIRA S.A., "Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil", in *Cultura da psicanálise*. Brasiliense, São Paulo, 1985.

intérprete de princípios gerais e abstratos, que entretanto existem e pertencem ao patrimônio do grupo social. Assim, a condição universal de *intérprete*, vivida pelo sujeito, fica totalmente condicionada à 'ideologia', do que não podemos discordar. Entretanto, o sujeito da família hierárquica está imerso na 'natureza das coisas' e, portanto, não é *intérprete* de nenhuma ideologia. Vamos relevar que para Figueira a positividade da representação pode ser plena. A representação pode não ser ideal e o sujeito, conseqüentemente, pode não ser intérprete.

Por meio dessa ideologia, tudo o que diz respeito a valores passa a ser pensado como expressão do gosto pessoal. Em oposição, o modelo hierárquico privilegia a localização na categoria de gênero ou faixa etária. No modelo igualitário, noções como certo e errado, desvio de comportamento, pensamento e desejo perdem o contorno nítido porque não há referência à categoria, instaurando-se o reino da pluralidade de escolhas, limitadas pelo respeito à individualidade do outro.

O modelo igualitário de família concebe, na terminologia empregada por Figueira, a 'identidade' dos sujeitos como uma expressão pessoal de princípios gerais, relativamente independentes do sexo e da geração. No processo de transição de um a outro ideal de família, surge um modelo intermediário, a família 'desmapeada', na qual imperam princípios absolutamente idiossincráticos. Cada um se converte no detentor de um código cuja chave é ele próprio e suas experiências pessoais e intransferíveis. Concluimos que o paradigma é ainda o individualismo, mas a 'identidade' dos sujeitos não é concebida como pessoal e sim como idiossincrática.

Ainda de acordo com Figueira, as circunstâncias particulares do processo de modernização brasileiro – como, por exemplo, o fechamento político, com o conseqüente aumento da privatização da família e da subjetividade, a ascensão social acelerada de parcelas consideráveis dos estratos sociais médios, que ampliou mais ainda o processo de privatização e, conseqüentemente, de isolamento da família e do sujeito em relação ao grupo social de origem – teriam sido grandemente responsáveis pelo efeito 'desmapeamento' da família e do sujeito. Esse efeito é o resultado do conflito intra-subjetivo entre dois códigos (o hierárquico e o igualitário), que se faz inevitável quando o processo social de mudança é acelerado, impedindo a metabolização da mudança.

A idéia de desmapeamento reduz o conflito à contradição entre códigos de valores sociais, percebidos como algo que se estabelece e se modifica num 'mundo exterior' ao sujeito, que então entrará em conflito, independentemente de qualquer outra circunstância que permita indicar como e por que ele é envolvido nessa mudança.

Falar em 'desmapeamento' supõe responder o que é o mapeamento. Para a teoria psicanalítica, a constituição do sujeito se dá no processo de identificação, de modo que a idéia de 'mapeamento' é absolutamente estranha para esse referencial teórico. 'Desmapeamento' é uma noção que sugere, se associada à recorrência da palavra 'identidade', a crença num 'eu' virtualmente 'mapeado ou identificado'. Um eu que está completamente isento da função de intérprete.

A teoria psicanalítica faz referência, contrariamente à idéia de identidade, à identificação como um processo. Em conseqüência, o eu apresenta-se para si mesmo na sucessão de seu constante vir a ser, ora fundido, representado como um eu ideal, ora desdobrado numa representação de si que se confronta com uma *representação ideal* que se afigura transcendente. São dois modos de relação do 'eu' com as *representações ideais*. A teoria do complexo edipiano e do narcisismo procura dar

conta da dupla possibilidade de referência à instância do ‘ideal’. O ideal de unificação, de síntese, de perfeição numa imagem plena percorre o funcionamento do eu, sem que nunca a teoria possa supô-lo como ‘realizado’. A noção de identidade aproxima Figueira dos autores que se interrogam – houve ou não modernização?, os sujeitos entrevistados mudaram mesmo ou estão iludidos? – e que por meio de questões assim formuladas testemunham sua crença num eu unificado.

A perspectiva de Figueira torna o conflito e a contradição dependentes da mudança social e exteriores em relação aos sujeitos. Seu ponto de vista do processo identificatório não é psicanalítico, o que nos sugere as seguintes questões de confessada inspiração na teoria psicanalítica: o sujeito, no universo hierárquico, não tem conflito?; neste universo simbólico, as *representações ideais* são dotadas de sentido pleno?; existe símbolo capaz de realizar um ‘mapeamento’ no qual o sujeito não experimente qualquer diferença entre o seu ‘eu real’ e as *representações ideais* dominantes?; nesse mundo perfeitamente ‘imaginário’ não há problematização da subjetividade?; reina perfeita harmonia entre o sujeito e a ‘ideologia’?; o sujeito é aquilo que as representações sociais hegemônicas impõem ou supõem que ele seja?

Poderíamos supor que não há, numa organização social como essa, problematização da subjetividade e que reina então perfeita harmonia entre o sujeito e a ‘ideologia’. Neste caso, toda diferença em relação à ‘ideologia’ seria reduzida ao desvio. Esta é uma questão extremamente delicada, pois envolve supor que o campo da problematização da subjetividade pode ser exaurido na estreita fronteira do certo e do errado, do pecado e da absolvição, da falta e da punição. O sujeito desse período histórico seria reduzido a um sujeito da ‘moral’. Privado da dimensão estética da existência, conformado a representações sociais inapelavelmente irrelativizáveis, esse sujeito é puramente um ‘assujeitado’ à ordem social, às instituições e à ‘ideologia’. Um mundo de ‘replicantes’?

Admitindo, por hipótese, que essa perfeita sondagem entre o sujeito e a ‘ideologia’ é impossível, e que o ‘mal estar na civilização’ não seja uma invenção da história recente, seria preciso perguntar onde o ‘conflito e a contradição’ se localizavam na aurora do processo de modernização social. Como compartilhamos a convicção de que há algo de incontornavelmente conflitivo na relação do sujeito com a civilização, queremos pôr em dúvida essa versão paradisíaca dos anos 50⁴.

Uma outra abordagem do conflito e da contradição entre códigos é ensaiada por Nicolaci da Costa⁵ como efeito da oposição de duas dimensões do sujeito, ou dois planos distintos de funcionamento mental. O contemporâneo, imediato e atual, no qual o sujeito se relaciona institucionalmente com um outro em posições nas quais viu seus agentes socializadores funcionarem na passado. O outro seria composto de representações referidas à própria inserção do sujeito naquele momento, isto é, no

⁴ Esta via apresentaria um contorno para a difícil questão das implicações da difusão psicanalítica, com uma concepção de sujeito que não é intérprete e sim suporte passivo da ação explicativa do analista. Por esse caminho acreditamos que o que Figueira toma como o sujeito nos anos 50 é o efeito de uma captação do sujeito engendrada na aurora do processo de difusão das psicologias em geral, quando uma certa versão pedagógica desses saberes se articulou ao imaginário social, destituindo-o de suas nuances e produzindo um discurso reificador dos ideais desse período.

⁵ NICOLACI DA COSTA A. M., “Mal-estar na família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos”, in: *Cultura da psicanálise*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

passado. Essas representações, de si e do outro socializador, foram internalizadas na infância juntamente com representações a respeito de sua futura localização social.

Quando a sociedade muda muito rapidamente, um mesmo sujeito seria exposto a dois códigos diferentes. Assim, na vida adulta, seus papéis sociais não coincidirão com os que foram desempenhados pela geração precedente. O conflito e a contradição entre códigos dizem respeito a dois modos de funcionamento e organização familiar, conforme a definição proposta por Figueira, que apresentamos acima.

De acordo com Nicolaci da Costa, quando o sujeito se encontra na posição de reprodutor da ordem social (quando passa a se relacionar com um outro em posição de complementaridade) ou está numa posição em que ele próprio esteve (respectivamente, cônjuge e filho), é que podem enfrentar-se nele as definições contraditórias, modernas e arcaicas, dessas mesmas posições.

Moderno e arcaico, desse ponto de vista, são momentos historicamente distintos que, no plano da subjetividade dos agentes sociais concretos, envolveriam necessariamente a oposição entre 'infantil' e 'adulto'. Mas são também dois códigos de organização familiar, como mencionamos no parágrafo anterior. Nesse ponto, torna-se uma tarefa extremamente árdua discernir, na representação que esse mesmo sujeito faz (no momento em que se torna reprodutor da ordem social), o que é expressivo de 'um outro universo de valores sociais', e o que é apenas o resultado de sua perspectiva infantil, do 'lugar ocupado pelos sujeitos adultos'.

Justamente aqui, pensamos poder localizar melhor o estatuto da 'contradição e do conflito' como condição universal da estrutura psíquica. Embora informada pelos processos históricos, ela não se reduz a um dado momento da nossa história recente. Parece claro que existe uma diferença impossível de dissolver entre as representações que a criança faz da atividade do adulto e aquelas que o adulto se faz quando em posição de exercer legitimamente essas atividades. Esse trabalho tem o mérito de valorizar o hiato entre o adulto e o infantil, reduzindo-o porém às aporias do processo de mudança social. Faz crer que, não fossem as particularidades da história recente, reinaria a harmonia do sujeito consigo mesmo.

Esse é um aspecto crucial para a nossa discussão. Aquilo que nos habituamos a considerar como comportamento típico de homens, mulheres e crianças na família de classe média urbana (e freqüentemente católica) é efeito do discurso, dos sujeitos envolvidos como o imaginário da modernização social. Esse discurso supõe uma homogeneidade das *representações ideais* de família, fazendo crer que esta última teria sido (até os anos 50) patriarcal, hierárquica, autoritária, tornando-se então moderna e igualitária, graças ao esforço de modernização da sociedade e dos agentes sociais, nos anos 60/70.

As formulações teóricas de Figueira e Nicolaci da costa nos apresentam uma imagem em que o sujeito dos anos 50 aparece destituído de conflito. Esses sujeitos têm 'identidade', são mapeados, não são vítimas do conflito de códigos, não têm referências ideais contraditórias. Incorrem, portanto, no mesmo artifício presente no dispositivo da modernização: reduzir o sujeito do momento histórico anterior a um 'ser sem alma', passivo perante a sociedade e as instituições para então vender a 'imagem' do 'sujeito moderno' como ser que 'opta', que 'escolhe', 'questiona' e não se submete às instituições, às normas de comportamento, à determinação social. Se o discurso modernizador afeta essa representação com uma conotação negativa, essa mesma

representação é secundariamente reabilitada quando a esse sujeito se credita uma paradisíaca ausência de conflitos de ideais.

Quando a contradição e o conflito entre códigos eclodem, o psicologismo⁶, segundo Figueira⁷, instala-se como linguagem, como efeito do ‘desmapeamento’ no campo das relações intersubjetivas. Mais do que um dialeto expressivo do elevado grau de subjetividade dos valores e critérios culturais, o psicologismo seria um mecanismo, um operador de discriminação entre identidades idiossincráticas⁸.

A desorientação e a perplexidade das vítimas do processo acelerado de mudança social se expressam e ‘ensaia organizar-se’ através do dialeto psicologizante. Dialeto da *demanda* que já revela, por sua origem, seu endereço. Forjado no movimento da difusão da psicanálise, só pode encontrar acolhimento na escuta do psicanalista.

A origem da *demanda* é, de acordo com Figueira, a contradição entre os códigos modernos e arcaicos. Não quer com isso se referir às dificuldades do sujeito quando tem que lidar com as *representações ideais* enquanto adulto, em consequência de sua inserção infantil no social. A contradição entre o hierárquico e o igualitário não é, no entender de Figueira, o inevitável confronto no sujeito entre duas estruturas de dependência, primária e secundária, ou dois modos de identificação narcísica ou edipiana. Não são dois modos de identificação que se confrontarão inevitavelmente no sujeito no momento de lidar como os ideais. Seu raciocínio faz o conflito derivar da referência a dois ‘mapas’ presentes na estrutura social num momento histórico determinado. Por isso, esse autor fala em dois tipos de ‘identidade’ para caracterizar o sujeito na sociedade hierárquica e o sujeito na sociedade cujo ideal é igualitário. Aparentemente o sujeito se ‘identifica’ de uma vez por todas com um dos ideais ou cai vítima da contradição e da impossibilidade de fazer uma escolha coerente. E por que não o faz? Porque há um conflito na sociedade.

Em relação às representações, Figueira não distingue representações de si e *representações ideais*. Ao tratar os códigos hierárquico e igualitário como dois ‘ideais’, anuncia a dialética do processo de identificação para fecha-lo em seguida com a noção de identidade.

Vamos considerar de outro ponto de vista a distinção proposta por Figueira entre modernização verdadeira e falsa, valorizando as *representações ideais* que governam dois psicologismos diferentes e situando o problema do ‘modo de investimento’ que os sujeitos fazem nessas representações, num e noutro ideário.

III- Duas lógicas (ou ‘dois modos de investimento?’): duas representações de sujeito

⁶ É a linguagem psicológica e não outra que se instala, como efeito do desmapeamento, porque do nosso ponto de vista, desde cedo, a modernização social se propaga em associação com a difusão das psicologias ou, mais precisamente, da psicanálise. O desmapeamento e o psicologismo são absolutamente coesos e contemporâneos.

⁷ FIGUEIRA S.A., “Uma visão do mundo brasileiro”. *Jornal do Brasil*, 1981.

⁸ Essa formulação contrasta com a que propusemos acima. Não porque não creditemos ao psicologismo as funções admitidas por Figueira, e sim porque não menciona o que nos parece central na produção do fenômeno. O psicologismo é um dos modos de expressão – historicamente contextualizado porque absolutamente depende da difusão de um certo saber, a psicanálise – de uma *demanda* de sentido que supomos universal. Se não assumimos com a teoria psicanalítica a impossibilidade da unificação plena do eu, em razão do funcionamento do inconsciente e dos destinos da pulsão, como é possível emergir uma tal representação de sujeito que é uma ‘identidade idiossincrática’?

Figueira⁹ desenvolve a hipótese de que há dois modos pelos quais o ideário moderno, individualista e igualitário, pode ser absorvido pelos sujeitos sociais. A distinção proposta entre modernização reativa e modernização do mecanismo remeteria a duas apresentações – que seriam efeito de duas ‘lógicas’ – da relação entre o sujeito e seus ideais. É uma hipótese que, do nosso ponto de vista, considera dois ‘modos de investimento’ em representações idealizadas.

A hipótese central é a de que, conquanto o sujeito venha a aderir ao ideário moderno, nem por isso se ‘modernizou de fato’. O sujeito pode aderir ao conteúdo do ideário moderno sem que a organização intra-subjetiva reflita essa mudança de conteúdo. Neste caso, os valores professados (a liberdade, segundo supomos) são ‘modernos’ (ou igualitários, ao que parece), enquanto a lógica que governa a adesão do sujeito às suas novas *representações ideais* permaneceu arcaica (hierárquica, no sentido de autoritária ou obrigatória, poderíamos dizer). Internamente, o sujeito ainda lidaria com seus ideais como se fossem coercitivos, inescapáveis e obrigatórios.

Esse estado interno e ‘invisível’ manifestar-se-ia através do empenho renovado desse tipo de sujeito em diferenciar-se daqueles que considera dotados de uma identidade ‘arcaica’.

Nesse caso, o sujeito, de acordo com Figueira, adere a uma ilusão identificatória, quando incorpora os *conteúdos* modernos – sujeito moderno, individualista e igualitário – e bloqueia os *conteúdos* arcaicos da sua identidade. Estes, no entanto, continuam inconscientemente ativos, sempre prontos a se manifestarem, exigindo um esforço contínuo para que sejam suprimidos. A palavra *conteúdo* surge em dois contextos distintos: associado à *identidade* e ao *inconsciente*.

A modernização reativa é uma modernização dos *conteúdos*. Que são conteúdos? Parece acertado sugerir que são *representações ideais* de um dado sujeito, pois há momentos em que o autor fala em ‘ideais’ para designar ‘conteúdos’. Que tipo de *representações ideais*? É a si mesmo que o sujeito representa como ideal, quando se moderniza por reação aos ideais arcaicos? Ou será da natureza mesma da representação, enquanto representação idealizada, que se trata?

Se a relação que esse sujeito estabelece com essas representações é coercitiva, como define o autor, podemos supor que alguma coisa intervém na natureza do processo de produção do ideal, gerando esse efeito ‘reativo’ na subjetividade. Concluimos que as representações modernas podem assumir um caráter irrelativizável na estrutura psíquica, em consequência de um certo ‘modo de investimento’, que chamaremos de linguagem da paixão. As representações saturadas de desejo são totalizadas, unificadas, sintéticas, operando no campo identificatório uma aterrorizante ‘lógica’ do ‘tudo ou nada’: ou se é como o ideal e então se usufrui do sentimento de ser um ‘ego ideal’, ou se é diferente e só resta ao eu o sentimento de ser destituído de valor.

Pode-se dizer que o modo pelo qual essas representações se constituem é algo que tem a ver com o investimento que o sujeito faz, pois o excesso, a generalização abusiva do valor da representação é que estabelece esse estado monárquico no campo

⁹ FIGUEIRA S.A., “O ‘moderno’ e o ‘arcaico’ na nova família brasileira: notas sobre a dimensão universal da mudança social”, in *Uma Nova Família*: Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1987.

intra-subjetivo. Nesse estado absolutista não há intervalo entre a representação do 'eu' e aquela ditada pelo 'ideal'. Ou a representação do 'eu' é 'plena' de identidade com o 'ideal' ou 'vazia' de semelhança.

Lembramos que, nesse momento de sua análise, Figueira parece dar um 'salto' que não é explicitado e que, como já havíamos constatado anteriormente, dificulta seguir seu raciocínio. Tudo leva a crer que a organização social fundada na hegemonia de *representações ideais* 'hierárquicas' é responsável pela fabricação de sujeitos que necessariamente mantêm no plano da estrutura intrapsíquica e narcísica uma relação autoritária, coercitiva, irrelativizável entre o 'eu' e seus 'ideais'.

Nesse grupo social, os indivíduos dos anos 50, não há conflito de referências. A referência dominante é ao mesmo tempo a 'realidade de fato'. Portanto, somos forçados a concluir que não há distância entre o 'ideal' e o 'eu real' a que Freud se refere. O sujeito social que desvia da referência dominante não seria acolhido por outra. Encarnaria, por isso, apenas uma referência negativa, nunca alternativa.

Distinguindo 'mecanismo' (em nossa linguagem: modo de investimento) e 'conteúdo' (em nossa linguagem: *representação ideal*), Figueira pensa o contraste entre o arcaico e o moderno não apenas como modelos que fazem circular representações em oposição, mas também como 'lógicas' que induzem efeitos diferentes na estrutura psíquica sobre o que nos parece ser da ordem do 'modo de investimento'. Ao tomar o sujeito do modelo hierárquico de família como um sujeito prisioneiro de uma 'lógica arcaica', incorre numa fusão conceitual entre a lógica arcaica que governa as produções do inconsciente e a concepção ideal hierárquica de família. Contrapropomos que o ideal hierárquico é ainda um ideal e não uma 'realidade de fato'. Ou será a família dos anos 50 uma espécie de horda primeva?

O ideal de família hierárquica – parece legítimo concluir que seja esse seu ponto de vista – induz *necessariamente* a uma relação obrigatória entre o 'eu' e os 'conteúdos ideais' do modelo¹⁰.

Isso posto, o autor parece atribuir à modernização social uma possibilidade indiscutível. Ela não seria apenas o resultado de uma mudança no plano das ideologias dominantes enquanto *conteúdos*. A recente modernização social parece produzir uma 'subjetividade' historicamente inédita. Para além das mudanças visíveis de usos, hábitos, costumes e comportamentos, teria ocorrido uma mudança em profundidade na

¹⁰ De acordo com Figueira: "Primeiramente, é possível distinguir dois tipos de regra: de primeiro grau e de segundo grau. Um exemplo de regra de primeiro grau: no sinal vermelho, pare; no sinal verde, ande. Esse tipo de regra emana de uma autoridade exterior ao sujeito que incide sobre ele vinda de fora, determinando de fora o que ele deve fazer (deixando portanto em aberto a possibilidade do sujeito se rebelar, desviar da norma ou se contrapor à autoridade). Esta instância externa é, naturalmente, interiorizada, agindo dentro do sujeito como um externo-interno, como uma instância que o controla mas que pode ser manipulada, controlada e isolada ela própria. A regra de primeiro grau define o conteúdo do comportamento do sujeito (pare, ande), e este conteúdo tende a ser relativamente fixo. Entre a regra, o sinal e o comportamento tende a haver uma correlação, e a regra, com suas autoridades e dispositivos disciplinares, se realiza naquilo que é mais visível, em geral o comportamento. As regras de primeiro grau, que dão ênfase aos 'códigos', são fundamentais para o ideal de família hierárquica. Regras deste tipo engendram um imaginário moral dicotômico e maniqueísta, com noções claras de certo e errado associadas a definições razoavelmente nítidas de desvio. Esse imaginário moral baseia-se num imaginário espacial que distingue de modo simplista dentro e fora de categorias que são percebidas como intrinsecamente diferentes (por exemplo, homens com comportamento efeminado são desviantes porque, ao subverterem os marcadores visíveis da identidade masculina, não cabem nessa categoria e nem, obviamente, na categoria das mulheres). (FIGUEIRA S.A., "o 'moderno' e o 'arcaico' na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social", op.cit.,p.25).

organização intrapsíquica. A liberdade de relacionamento intrapsíquico entre o 'eu' e seus 'ideais' seria uma novidade histórica, relativa à modernização de 'modo de investimento' ou, como diz Figueira, modernização do mecanismo psíquico. Este, que na vivência do modelo hierárquico era cativo da regra de primeiro grau, pode transformar-se, influenciado pelo processo de modernização, em um mecanismo comandado por regras de segundo grau¹¹.

A modernização verdadeira estaria na instauração do domínio da regra de segundo grau. A individuação, um processo fundado na opção, seria efeito da conversão de regras de primeiro grau em regras de segundo grau no plano do funcionamento do sujeito. Sobre o 'modo de investimento' em representações em geral, digamos que resulta da vivência de um princípio, que interdita a produção de representações totalizadoras, garantido uma distribuição e diferenciação do valor.

A analogia com os conceitos freudianos de processo primário e secundário não deve ser uma coincidência. Muito embora, na teoria freudiana, esses processos sejam indiscutivelmente integrados por regras de formação de enunciados, são também essencialmente governados por modos diferenciados de circulação do investimento libidinal, livre ou ligado, ou 'modos de investimento'. Não se tratando de modos de funcionamento independentes, o primário e o secundário são inconcebíveis sujeitos de um de outro processo. O primeiro seria pura paixão, caso essa lógica ou código implique um 'modo de investimento', e o outro seria uma 'razão purificada'.

IV- Representações de coisa e representações de palavra

Outros problemas apresentam-se onde o autor diz que, quando é possível escolher, várias pessoas vão escolher conteúdos 'arcaicos'. Embora tenha enfatizado a ligação necessária entre os 'conteúdos arcaicos' e o 'mecanismo da regra de primeiro grau', quando analisou o modelo ideal hierárquico, não nos mostra como é possível que um conteúdo arcaico possa ser retomado pelo sujeito a partir de um mecanismo modernizado.

¹¹ De acordo com o autor: "A regra de segundo grau pode ser entendida a partir do seguinte exemplo: no sinal, quer ele esteja verde ou vermelho, pense e decida. Essa regra, que emana do exterior do sujeito, não define o que ele deve fazer, mas determina que um certo procedimento ou mecanismo de que o sujeito é capaz (pensar) entre em campo para decidir qual o melhor caminho a seguir. A possibilidade de rebeldia e confronto com uma instância externa ou interna é diminuída, pois essa tática de persuasão faz uma função e o próprio interesse do sujeito trabalham a favor da regra, num processo que é caucionado pela própria idéia de liberdade. A regra de segundo grau não define, então, um comportamento com conteúdo fixo visível, mas incide no sujeito, no que é mais invisível, deixando a ele o direito de opção, que pode levar a comportamentos com conteúdos bastante variáveis. As regras de segundo grau, ao darem ênfase ao sujeito e não ao código (FOUCAULT M., 1984) são fundamentais para o ideal de família igualitária. Regras desse tipo engendram um imaginário moral com mais espaços para negociação, variação e, dentro de certos limites, relativização do desvio. Este imaginário moral, por estar associado a categorias cujas fronteiras não são mais percebidas como intrínsecas, acaba tendo como eixo a própria idéia de ligação, princípio universal, o indivíduo. No contexto das regras de segundo grau, a imoralidade é contrariar os princípios da ideologia individualista: respeito, igualdade, direito ao autodesenvolvimento etc". (FIGUEIRA S.A., "O 'moderno' e o 'arcaico' na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível de mudança social", op.cit., p. 26)

Com o objetivo de tornar mais precisas nossas interrogações, retomamos a distinção proposta por Figueira¹² entre três tipos de família (a hierárquica, a igualitária e a desmapeada). Para sustentar essa distinção, o autor alude a três princípios classificatórios que governariam a percepção que os sujeitos têm de si próprios e dos outros, nos três modelos de funcionamento familiar.

Na percepção dos sujeitos, o primeiro tipo de família é caracterizado por aspectos que fariam parte da sua natureza intrínseca e, portanto seriam imanentes à própria realidade dos sujeitos. São princípios de classificação que pertencem à experiência que cada sujeito partilha com milhares de semelhantes e têm origem na cultura de classe *lato sensu*. Crianças têm *status* inferior nas decisões da família porque os adultos são diferentes/superiores. O lugar na família é fixado por características presentes na realidade visível de seus membros, como sexo e idade. Essas posições ocupadas pelos sujeitos seriam, do ponto de vista do autor, reificadas.

Pelo que pudemos entender, e traduzindo num dialeto que nos é mais familiar, essas representações, ainda que dominantes, não teriam o caráter de *representações ideais*. Apresentam-se como se fossem da ordem da natureza mesma das coisas. São ‘representações-coisa’ e não ‘representações-palavra’? Por meio dessa aproximação entre o ideal hierárquico de família e o modo primitivo de representação, somos induzidos a desconhecer que o modelo de família hierárquico é também um ideal. No limite, o universo moral dos anos 50 não é simbólico.

Os princípios que norteiam a família igualitária fariam parte do patrimônio cultural num sentido mais restrito. Os princípios percebidos como ideológicos, por sua vez, fazem parte do acervo dos sujeitos pertencentes a um certo grupo social: “São princípios percebidos como exteriores à realidade dos objetos e têm origem num conjunto específico de conhecimentos (que aqui pode ser chamado teoria ou ideologia). O sujeito realiza a mediação entre esses princípios abstratos e sua aplicação concreta a este conjunto”¹³.

O igualitarismo, ao contrário da hierarquia, seria uma ideologia, um princípio geral e abstrato que, com a contribuição dos sujeitos (enquanto agentes mediadores) seria colocado em prática em cada situação específica. No exemplo que nos oferece o autor recrudescer nossa dificuldade de acompanhar esse raciocínio: “Assim uma mulher de quarenta anos que se sente muito jovem veste as mesmas roupas, usa a mesma linguagem e procura algumas das experiências da filha de dezesseis anos que se sente muito moderna (enquanto na família hierárquica essa mulher teria que ser diferente da filha, porque é mãe, casada e mais velha)”¹⁴.

Em que o paradigma igualitário é mais ideológico e menos concreto do que o hierárquico? Pelo exemplo, um e outro se expressam muito concretamente através do comportamento visível e dependem igualmente da mediação simbólica. Pois se no modelo hierárquico a ‘ideologia’ dita que adultos e crianças são seres evidentemente iguais, uma mulher só terá como possibilidade – bem entendido, legítima – sentir que é diferente da filha e comportar-se de modo a expressar esse sentimento. Do mesmo

¹² FIGUEIRA S.A., “Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil”, in *Cultura da Psicanálise*, São Paulo, Brasiliense, 1985; e “Difusão da psicanálise no público brasileiro: o caso do Rio de Janeiro”, projeto de pesquisa, CNPQ, PUC/RJ, 1985.

¹³ FIGUEIRA S.A., *op.cit.*, 1985, p. 143.

¹⁴ FIGUEIRA S.A., *op.cit.*, 1985, p. 144.

modo, se a 'ideologia' ou 'referência ideal dominante' diz que todos são iguais apesar das eventuais 'diferenças', então o único sentimento legítimo entre as mulheres que partilham a referência a esse ideal só pode ser o de identificação com a filha. Por essa razão, perde o sentido qualquer esforço de diferenciar os guarda-roupas, e qualquer comportamento diferenciador não deixar de ser percebido, seja pelo próprio sujeito, seja pelos outros, como dissonante com o ideal.

Não é compreensível – de vez que o igualitarismo, enquanto 'ideologia', não é menos uma referência ideal do que a hierarquia – por que somente o primeiro produziria uma situação virtualmente instável: 'igualdade formal entre pessoas diferentes', se não parece excluído pensar que a hierarquia produz, a seu modo, uma situação virtualmente instável: 'hierarquia formal entre indivíduos eventualmente iguais'.

Em nosso modo de entender, a explicação para as conclusões de Figueira é uma elisão conceitual: o narcisismo primário da teoria psicanalítica da constituição do sujeito. É essa noção que está no pano de fundo pelo qual o paradigma hierárquico surge como a ordem natural das coisas. A analogia entre a arcaico/hierárquico e o infantil/ego ideal governa implicitamente a construção da idéia de um sujeito da 'modernização reativa'. Este, inclusive, ao ser aproximado pelo 'mecanismo' do 'sujeito hierárquico' nos faz pensar que são ambos 'remanescentes' do narcisismo infantil. Nem um nem outro foram destronados desse narcisismo primitivo, pois permaneceriam cativos da 'nova ação psíquica' que os leva sistematicamente a projetar para fora do eu tudo que é ruim, desagradável, nocivo para si mesmo. Por que a referência ao ideal hierárquico deve ser cativa do modo de investimento característico do ego ideal?¹⁵

Freud nos diz que é característico dos ideais que o eu admite para si que sejam idealizados, pois é da natureza de todo e qualquer ideal ser o substituto do narcisismo perdido. Do narcisismo perdido, vamos reiterar. É ainda Freud¹⁶ quem faz referência a dois procedimentos envolvidos no processo de constituição dos ideais: a idealização (seja na esfera da libido do ego, seja na esfera da libido objetal) e a sublimação. A sublimação é um processo especial, estimulado pelo ideal, mas cuja execução é inteiramente independente de tal estímulo. Freud é bastante claro na sentido de que não é a natureza do ideal (igualitário, hierárquico ou qualquer outro) que induz a repressão (admitindo que quando Figueira fala de bloqueio do arcaico e supressão esteja, como Freud, se referindo à sexualidade infantil) e sim a incapacidade do sujeito de conferir aos seus impulsos um destino sublimado.

A despeito das evidentes analogias com conceitos psicanalíticos, a análise de Figueira não sustenta integralmente o referencial analítico, o que nos inspira algumas indagações. Acaso fará algum sentido supor que o sujeito do nosso passado recente, admitindo como referências ideais a 'hierarquia' e a 'diferença' entre os sexos e as

¹⁵ Quer nos parecer que Freud é bem claro quanto à natureza dos ideais do eu: "Esse ego ideal é agora alvo do amor de si mesmo (*self-love*) desfrutado na infância pelo ego real. O narcisismo do indivíduo surge deslocado em direção a esse novo ego ideal; o qual, como o ego infantil, se acha possuído de toda perfeição de valor. Como acontece sempre que a libido está envolvida, mais uma vez aqui o homem se mostra incapaz de abrir mão de uma satisfação de que outrora desfrutou. Ele não está disposto a renunciar à perfeição narcisista de sua infância; e quando, ao crescer, se vê perturbado pelas admoestações de terceiros e pelo despertar de seu próprio julgamento crítico, de modo a não mais poder reter aquela perfeição, procura recupera-la sob a nova forma de um ideal do ego. O que ele projeta diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância, na qual ele era o seu próprio ideal". (FREUD S., *sobre uma introdução ao narcisismo*, vol. XV, ESB, 1914, p.111).

¹⁶ FREUD S., *sobre uma introdução ao narcisismo*, op.cit., 1914, p.112.

gerações, fosse por essa razão um neurótico incapaz de sublimar seus impulsos e esmagado pela ‘excessiva idealização’ de seus ideais?

Não podemos concordar integralmente com Figueira. Mas admitimos, por outro lado, que a adesão a uma idéia, ideário, ideologia é sempre, em princípio, da ordem da paixão. Aquilo que o sujeito ‘projeta diante de si’ como sendo seu ideal herdeiro de seu narcisismo primitivo. Por isso mesmo, ao contrário de Figueira, não pensamos que a ‘verdadeira modernização’ seja realizável. Quer nos parecer que essa é uma das utopias postas em circulação no processo de difusão da psicanálise. Nesta versão da teoria freudiana do sujeito, o famoso ‘*wo es war soll ich werden*’ quer efetivamente dizer que o eu, a racionalidade, o princípio de realidade substituirão a irracionalidade do id.

A criança não morre e, por essa razão, alguns sujeitos entrevistados por Salem¹⁷ - como veremos em seguida - não poderão se referir a incompletude do ideário moderno senão pela adesão à paixão por um novo ideário. A modernização do mecanismo, ‘modernização verdadeira’, não livra o sujeito do fardo da idealização. As observações de Figueira que conduziram a essa formulação - de uma modernização acabada - talvez pudessem ser referidas ao novo ideário que apaixonou o imaginário dos estratos médios: o ideal da singularidade. Um sujeito verdadeiramente modernizado seria um sujeito desideologizado, desapassionado, consciente e optante. Como a sublimação é um conceito freudiano que diz respeito a uma inflexão pontual na vicissitude da pulsão, essa utopia sociológica de um sujeito plenamente sublimado não nos parece concebível. Por isso preferimos pensar na hipótese de uma mudança no campo das representações ideais da própria cultura da psicanálise.

A idéia de ‘modernização do mecanismo’, ou de ‘reinado de opção’, produz essa ilusão de que seria possível ‘atualizar-se’ inteiro, destituindo definitivamente o ‘infantil’. É possível depreender das palavras de Figueira uma conclusão como essa: “...a sucessão de ideais no processo de modernização, ao ser extremamente rápida, não dá ao sujeito a oportunidade de se modernizar realmente no seu funcionamento, nos seus conteúdos e na sua identidade”.¹⁸

Consideramos que a leitura desses conceitos pelo autor, muito embora não explicitada, funda-se numa particular compreensão da teoria psicanalítica do ‘eu ideal’. Dizemos particular porque a idéia de modernização verdadeira supõe sua definitiva superação. Pois a idéia de ‘reino da opção’ identifica o ‘moderno’ com um ‘puro adulto’. Aqui, intervém a idéia de ‘realidade’, interceptando, no campo das *representações ideais*, os efeitos da paixão. A lógica de construção das representações do mundo adulto conviveria, podemos supor, com a ‘impossibilidade da plenitude’, investindo, ‘com o trabalho de elaboração’, a incompletude. Qual incompletude, perguntamos? A do ideal? O sujeito moderno abre mão da referência ao ideal? O ideal pode não ser idealizado? As idealizações podem ser contingências idiossincráticas do livre jogo das pulsões, não guardando mais qualquer referência a uma ‘ideologia’ coletiva?

Pensamos que o reconhecimento da incompletude na obra freudiana fica referido à exigência de que, para recuperar uma parte da auto-estima perdida, é preciso ir em

¹⁷ SALEM., “A trajetória do ‘casal grávido’: de sua constituição à revisão do seu projeto”, in *Cultura da Psicanálise*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

¹⁸ FIGUEIRA S.A., “O ‘moderno’ e o ‘arcaico’ na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social”, *op.cit.*, 1987, p. 29.

busca da realização do ideal. Nada nesse percurso nos parece apontar para o fim do processo de idealização, quando muito para o seu interminável deslocamento.

V- Modernização reativa e 'falsa consciência'

A hipótese de uma modernização reativa, ou 'falsa modernização', tem alguma relação com o tratamento concedido ao dialeto do psicologismo? Examinando os trabalhos de alguns autores que tratam do processo de modernização no Brasil é possível perceber uma indiscutível tendência a tratar o psicologismo como uma espécie de sintoma de falsa modernização. Um e outro na verdade, quase se equivalem. Frequentemente as pesquisas concluem pela falsidade ideológica do 'sujeito moderno'.

É possível fazer uma aproximação entre os conceitos de modernização reativa e de 'ideologia' como falsa consciência. Trata-se de uma adesão que é efeito de um fascínio fundado numa relação de dominação, ou, mais propriamente, de paixão, e que aliena o sujeito numa imagem do outro. Entretanto, a modernização reativa tem, de acordo com Figueira, duas ações: uma *positiva* e outra *negativa*. A ação negativa, como já indicamos, corresponde ao efeito bloqueador que a adesão do sujeito aos conteúdos modernos pode ter sobre os conteúdos arcaicos da sua 'identidade'. A ação positiva diz respeito à ilusão identificatória que a modernização reativa propicia ao desfazer imaginariamente as distâncias entre o 'eu' e as representações ideais da modernidade.

A modernização reativa é falsa aparentemente em dois sentidos diferentes. A 'ilusão' identificatória que sustenta a adesão do sujeito à modernidade e que o faz representar-se como idêntico ao seu ideal é suposta falsa, pois não teria sido acompanhada de modificações efetivas no campo dos pensamentos e dos sentimentos desse sujeito e que teriam permanecido mais adequados ao modelo arcaico. Mas ela é falsa também num outro sentido: não tem *positividade*. Não lhe é suposta uma função antecipatória face a um projeto a realizar. O sujeito pensa que é algo que não é. A 'ilusão' só é positiva, no discurso de Figueira, no sentido de 'visível'.

A questão da positividade é afinal absolutamente crucial. Figueira supõe ao ideário moderno um valor efetivo de 'modernidade'? Moderno, na sua teoria, é um 'mecanismo psíquico' ou é também um 'conteúdo'? O valor das *representações ideais* em si mesmas parece, por vezes, inteiramente dispensável. O conceito de modernização do mecanismo aponta que a 'verdadeira modernização' é a faculdade de optar por 'conteúdos' 'arcaicos' ou 'modernos', indicando que é indiferente a natureza mesma daquilo que o sujeito vai assumir no processo de escolha.

Assim, o ideário hierárquico é absolutamente comprometido com um mecanismo psíquico arcaico, mas o ideário moderno não traz consigo a automática modificação do mecanismo. Apresentamos resumidamente as colocações de Figueira para acentuar o que nos parece uma análise absolutamente cativa da sucessão dos acontecimentos mais recentes. O autor parece ter registrado com a mais que correta sensibilidade à inflexão que a retórica psicologizante sofreu entre os anos 60/70 e 80. Na alvorada dos anos 80, a paixão pela igualdade entre os sexos e as gerações vai ceder espaço ao valor hegemônico da diferença, que se manifesta através de um jargão da 'escolha', da 'opção', da 'singularidade'.

Admitir que essa retórica é mais moderna que a precedente é constatar uma sucessão histórica governada pela idéia de progresso. Chama-la mais verdadeira que a precedente é não considerar os nexos que ligam as mudanças no imaginário social às inflexões no campo psicanalítico. Nesse momento, a direção assumida pelo imaginário da modernização social forja a *representação ideal do sujeito singular*, colocando em crise o imaginário igualitário. O movimento próprio do processo de difusão da psicanálise é mais uma vez um dos poderosos artífices da nova *representação ideal*.

Essa inflexão do processo de modernização social manifesta-se claramente no interior do campo analítico, quando, na virada dos anos 80, a difusão do pensamento lacaniano vai colocar todos os psicanalistas sob a suspeita de não serem verdadeiramente analistas e sim psicoterapeutas a serviço das ideologias normalizadoras. A psicanálise – que, em associação com as ideologias igualitárias dos anos 60/70, afirmou a hegemonia de seu saber face à opinião pública – suspeita, nos anos 80, de toda vulgarização, em nome da singularidade do sujeito.

VI- O psicologismo como representação de uma realidade impossível: a ideologia x a realidade

A inquietação com a natureza da modernização – a suspeita quanto ao seu verdadeiro alcance – orienta alguns trabalhos recentes de autores brasileiros, que relacionamos em seguida. Em todos eles está presente a mesma pergunta: - o que foi que mudou? Presença que acusa a dificuldade de pensar a articulação entre as mudanças no plano da ideologia dominante e as que as acompanhariam no plano da subjetividade. Toda ideologia parece, por princípio, suspeita de fazer falsa representação. Ao mesmo tempo, há algo nessa noção que nos confunde porque, sendo representação, todos querem saber se os sujeitos concretos são ou não são idênticos a ela. Poderiam ser?

Todos os pesquisadores que vamos mencionar reconhecem a mudança de comportamento social, associada à crescente preocupação com a esfera subjetiva em diferentes quadrantes da vida familiar. Será possível verificar que a função atribuída à retórica psicologizante é variável, e vamos nos dedicar a explicitá-la. A dificuldade de incluir e tratar da difusão da psicanálise parece levar alguns autores a um sério impasse: 'ideologia' *versus* 'realidade de fato'.

A tematização dos sentimentos, emoções, aspirações e desejos protagoniza todos os eventos que outrora se abasteciam de significação e importância nos veios da tradição, dos rituais, no manancial coletivo de significados. Eventos que, no passado recente, extraíam sua relevância do benefício que traziam ao fortalecimento de laços de solidariedade familiar e social.

O sujeito contemporâneo manifesta uma inclinação a valorizar os momentos que até há pouco eram fortemente ritualizados e privilegiados, para consolidar e renovar laços sociais (casamento, parto, puerpério) como oportunidades para expressar aspirações e desejos pessoais, eminentemente íntimos e privados.

Nos trabalhos que se seguem, a retórica psicologizante ou individualista, como pretendem esses autores, foi examinada em conexão com as experiências da gravidez, parto e puerpério, nas quais se verifica amplamente a privatização de esferas da vida outrora compartilhadas num segmento mais ampliado da vida social.

Salem¹⁹ analisou a ‘trajetória’ de casais ‘grávidos’, isto é, casais dispostos a tratar a gravidez de modo conjunto e compartilhado, revelando ambigüidades e revisões no projeto desses sujeitos. Entretanto, empenhados na recusa ao modelo de reprodução consagrado pelos casais dos anos 50, no momento do nascimento da criança as ‘casais grávidos’ – em diversos casos analisados – teriam sido levados não só a uma ‘suspeita’ reaproximação com a família de origem como também à reedição dos papéis tradicionais de pai/mãe, marido/mulher, até então duramente criticados.

A atitude do casal grávido frente à experiência da gravidez inspira-se, de acordo com a autora, na ‘ideologia individualista’. É ela que justifica a necessidade de elaborar, na intimidade da vida privada do casal, as emoções, sentimentos e representações desse momento. O desejo de superar a restrição natural que circunscreve no corpo da mulher a experiência da gestação se constitui no cerne da *representação ideal* da gravidez compartilhada.

De acordo com Salem, o projeto modernizante ‘fracassa’ após o nascimento da criança. O retorno ao modelo ‘arcaico’ é apontado pela autora em diversos casos pesquisados. Essa conclusão é extraída de alguns depoimentos que apontam para uma espécie de ‘revisão’ do projeto inicial e que envolve basicamente uma ‘reaproximação com a família de origem’ e ‘uma recondução do homem e da mulher aos papéis sociais tradicionalmente ligados ao gênero’. O decepcionado retorno do modelo hierárquico foi entendido como expressão da ‘fragilidade’ dos projetos modernizadores frente ao peso da ‘realidade de fato’ da permanência do arcaico na cultura. Por razões que não discutiremos nesse momento, mas que serão pensadas ao final desse capítulo, a autora convenceu-se de que essa revisão era menos ‘moderna’ que o projeto original.

Porque será o modelo arcaico a ‘realidade de fato’? No entender da autora: a) a realidade de que a criança é um elo da reprodução biológica e social e fortalece o dispositivo de aliança. A ideologia do casal grávido nega essa dimensão da ‘realidade de fato’. Mas será o dispositivo de aliança uma ‘realidade de fato’? Se, por hipótese, a chamada ‘ideologia individualista’ releva do dispositivo de sexualidade, então não é uma ‘realidade de fato’? Por pensar assim, a reaproximação com a família de origem aparece então como um dos índices de que a ‘realidade de fato’ se impõe. Quando há um ‘hiato entre o que foi idealizado na gravidez e o que é efetivamente implantado no pós-parto(...) instala-se uma demarcação mais nítida entre papéis femininos e masculinos e, ao mesmo tempo, torna-se mais visível o desacordo entre as ‘necessidades’ do homem e da mulher”.²⁰ A segregação dos papéis femininos e masculinos também faz parte, assim, da ‘realidade de fato’. Tomados por essa perspectiva, os dispositivos de aliança são ‘realidade de fato’, e a ideologia hierárquica não é uma ideologia e sim a natureza mesma dos vínculos familiares. A ‘ideologia individualista’, por sua vez, é ideologia e não faz parte da ‘realidade de fato’.

No artigo de Salem, porém, aparece outro sentido para ‘realidade de fato’ que se liga a: b) a idéia de uma implosão ou de efeito de saturação que sobrevém à ideologia de casal grávido, tão logo seu projeto se consuma. “Isto é, ela se instala quando existe, tanto por parte do homem quanto da mulher, um intenso envolvimento com o bebê, e quando, além disso, o casal não conta com nenhum tipo de ajuda familiar”.

¹⁹ SALEM T., “A trajetória do ‘casal grávido’: de sua constituição à revisão do seu projeto”, *op. Cit.*, 1985.

²⁰ SALEM T., “A trajetória do ‘casal grávido’: de sua constituição à revisão do seu projeto”, *op. Cit.*, 1985, p. 52.

Há dois aspectos paradoxais em questão. Se a ideologia se consuma, o resultado, nas palavras de um dos informantes, é: 'o sufoco', a 'impossibilidade de estarem sozinhos', a nostalgia da vida 'a dois'. Se ela não se consuma, 'há uma desilusão com respeito ao que fora projetado durante a gestação...' Todos os arranjos parecem traduzir-se em algum tipo de insatisfação. A expressão cunhada por Salem define com rara felicidade qual é essa expectativa que não se realiza: a de 'um estado confusional a três'.

A questão da oposição 'ideologia x realidade de fato' reduz-se a que qualquer 'realização da ideologia' mostra-se igualmente decepcionante. Sugerimos que a discussão teórica dessa oposição deveria considerar justamente aquilo que essas expectativas contêm e que pôde resultar senão em 'insatisfação'. Afigura-se para nós um aspecto da ideologia que não foi ressaltado por Salem: o projeto do casal grávido deve assegurar uma 'experiência satisfatória plena'. Esse é o aspecto que todas as ideologias têm em comum: são totalizantes – de modo que é inútil procurar as razões de seu fracasso nas contingências do processo de modernização social. A ideologia estocoma o essencial; ou seja, nenhuma experiência pode oferecer satisfação plena. Essa é a 'realidade de fato', do nosso ponto de vista, que é necessariamente excluída da representação quando o investimento que o sujeito faz nessa representação traz a marca do 'eu ideal'.

Uma das informantes diz: "A *minha primeira gravidez foi romântica e idealizada*. Eu vivia conversando com o feto e achava que nunca mais ia poder viver sem aquela barriga. Já na segunda não tinha mais espaço para esse tipo de delírio. Então foi uma gravidez mais chão, mais realista". Indiscutivelmente, sua fala já traduz uma captação da 'realidade' numa linguagem que é cativa da difusão da psicanálise. Seu caráter psicologizante é inegável. Entretanto, em que residiria a diferença entre o psicologismo do projeto do casal grávido e o psicologismo que essa informante testemunha?

É possível defender a hipótese de que o 'projeto modernizante', na sua acepção pura, é a mais bem acabada expressão do 'arcaico'. Empregamos arcaico aqui no sentido de uma lógica que produz representações totalizadoras. Expressa-se na linguagem da paixão. Tanto faz que seja 'psicologizante' ou 'coletivizante', que seja o 'eu' ou a 'família' o objeto cultuado. É indiferente se pensamos o 'arcaico' como uma lógica, no sentido de um 'modo de investimento', que o valor central da ideologia seja a hierarquia ou o indivíduo. Arcaico é um certo modo de investir representações.

A dificuldade de todas essas análises é que a passagem pelo 'hierárquico' é uma condição inevitável na existência de todo sujeito. Não é possível vir a ser adulto sem que a dependência infantil condicione o essencial da visão arcaica: o excesso, o desejo de plenitude como efeito da estruturação hierárquica do mundo. Somente na medida em que o sujeito ocupou um dia o lugar de plenitude para um outro é que pode vir a desejar restabelece-lo. É raro que a 'realização do projeto' não se faça acompanhar de sentimentos de 'desilusão' e até mesmo de um deslocamento da 'coisa idealizada' para novas representações.

No trabalho de Salem, o dispositivo de aliança é tratado como parte da 'realidade de fato'. Confusão inevitável entre os valores da ideologia do passado recente de nossa sociedade – esta centrada no dispositivo de aliança e nas relações fortemente hierarquizadas – e o reconhecimento da dependência infantil da criança na família. Essa dependência, como sugere Nicolaci da Costa, condiciona uma representação hierárquica do universo familiar.

É preciso entretanto não confundir a ideologia hierárquica com a dependência primária da criança. Essa dependência existe e estrutura a lógica arcaica ou infantil mesmo quando a ideologia é individualista. Hierárquico, arcaico e infantil, de um lado, individualista, moderno e adulto, de outro, são termos que induzem muitas confusões ao pensamento teórico, em função das coincidências organizadas entre eles pela recente associação entre o processo de modernização social e a difusão da psicanálise. Tais confusões resultam também que o pensamento teórico se perca no psicologismo, dissolvendo a precisão seja de sua vertente sociológica e antropológica, seja de sua vertente psicanalítica. Almeida²¹ analisa a 'nova maternidade', ou a experiência da gravidez de mulheres que pretendem lidar com esse momento, como opção e não obrigatoriedade. A gravidez das mães dos anos 50 seria uma espécie de *representação ideal negativa*, contra a qual as mães dos anos 80 organizam suas representações ideais. A experiência das mães dos anos 50 é percebida pelas mães dos anos 80 como excessivamente dependente da autoridade do médico.

A experiência de gravidez dos anos 80, ou gravidez 'alternativa', diferenciar-se-ia do modelo ideal precedente nos seguintes aspectos: a) quanto ao tipo de cuidado dispensado pelos médicos às parturientes na preparação para o parto, pelo caráter não autoritário, que se evidencia no acompanhamento individualizado do processo de gestação e na intensa preocupação com a arquitetura íntima dos sentimentos que ligam os pais ao filho ainda em gestação; b) quanto aos sentimentos, apropriados aos futuros pais, de que a gravidez é uma 'opção' livre (a futura mãe deve acreditar que poderia ter 'escolhido' não ter filhos), de que a participação dos futuros pais no processo de gestação e no pós-parto é fundamental e de que a família de origem deve ser mantida a uma distância capaz de assegurar a menor interferência possível. Os aspectos relacionados acima e apresentados como característicos da gravidez dos anos 80 foram percebidos pela autora como 'reações ao modelo arcaico'. Por isso mesmo, ela julgou que seriam expressivos do tipo de modernização que Figueira chamou de reativa.

A análise comparativa da experiência de mães dos anos 80 revelou que a maternidade não era uma escolha livre, no sentido de que teria sido possível não optar por ela, e sim uma experiência que, sem deixar de ser obrigatória, foi sistematicamente adiada, em todos os casos analisados, para torna-la compatível com as novas expectativas femininas no trabalho extradoméstico. O alcance modernizante da maternidade 'como opção' foi relativizado pela autora. Haveria uma grande distância entre a 'representação' que as grávidas fazem da sua experiência e aquilo que a observação sociológica permite concluir. A maternidade seguiria constituindo um aspecto crucial e necessário para a 'identidade' da mulher.

Na 'representação' que as mulheres-mães-de-80 fazem de sua experiência, o papel da autoridade médica teria sido escotomizado. Ressaltando a continuidade entre o papel desempenhado pelos novos agentes especialistas em medicina e psicologia da gravidez na produção da experiência física e psicológica da gravidez alternativa, Almeida conclui que laços intensos ligam essas mulheres a novas fontes e formas de autoridade. Por essa razão, a autora propõe que a modernização dessa experiência é

²¹ MENDES DE ALMEIDA M.I., "A 'nova maternidade': uma ilustração das ambigüidades no processo de modernização da família", in *Uma nova família*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1986.

antes uma '*representação* ilusória' dos sujeitos envolvidos no processo, do que uma realidade indiscutível (grifo nosso).

VII- O psicologismo como representação positiva

Para Lo Bianco,²² o processo de modernização social descentrou a maternidade do lugar nuclear que ela ocupou na família tradicional, enquanto principal elemento definidor da 'identidade' feminina. Hoje, o papel de mãe concorre com outros papéis a que a mulher também aspira, sem que tenha perdido sua importância. Perdeu, isso sim, sua dominância. A experiência da maternidade teria tido o seu valor *resignificado*. O valor concedido à existência física e sobretudo psíquica do feto antes do nascimento cumpriria uma *função suturadora* na transição entre as representações 'arcaicas' e 'modernas' do papel feminino.

A psicologização do feto é percebida pela autora como um operador psíquico, pois importa num remanejamento do significado da relação mãe e filho e compatibiliza a maternidade com as novas aspirações e anseios. Recria a maternidade antes mesmo de ela se concretizar, atribui a ela importância e centralidade e a distancia do significado que lhe era atribuído no *ideal de feminilidade* arcaico. Reduz a ambivalência da mulher, decorrente da concorrência entre este e novos papéis sociais.

A 'psicologização do feto' é uma nova 'representação da infância', com amplos efeitos sobre as *representações ideais* do feminino, por causa de suas implicações para as representações de mãe e mulher. Cumpre um papel 'positivo' pois sutura os 'ideais' polarizadores do processo que identifica a mulher ao próprio sexo. Para que se integrem as *representações ideais* do gênero feminino apóiam-se na psicologização *lato sensu* e, mais especificamente, na psicologização do feto.

A psicologização é proposta pela autora como algo dotado de 'positividade'. Não é ideologia no sentido de má consciência, deformação, reação, engodo ou ilusão, que mintam sobre a 'realidade de fato'. Também a 'realidade de fato' não é tratada como 'outra coisa', em relação às representações. É uma suposição, mas talvez neste trabalho de pesquisa haja o pressuposto implícito de que a 'realidade de fato' não poderia ser idêntica à *representação ideal*. Admitindo a impossível redução do 'eu' ao 'ideal', é possível valorizar o 'ideal' na sua positividade (de algo que o eu projeta diante de si) e pelo qual a 'realidade de fato' é significada.

VIII- O imaginário moderno como experiência de discurso

Queremos propor, como instrumento de análise do pensamento desses autores, as categorias psicanalíticas de 'eu ideal' e 'ideal do eu'. Vamos procurar entender, por meio dessas noções freudianas, por que enquanto uns falam da diferença entre a 'realidade de fato' e as representações que o sujeito faz de si ou para si, outros parecem concebê-las como algo que, em princípio, não poderia mesmo ser soldado, coeso, uno, monolítico, senão na ilusão teórica ou na crença empírica criada pelo conceito de 'identidade'.

²² LO BIANCO A.C., "A psicologização do feto", in *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Identificação ou identidade? Qual o lugar das *representações ideais* no funcionamento intrapsíquico? São 'ilusões' ou têm uma 'positividade'? é nosso ponto de vista e vamos distingui-lo antes de iniciar nosso percurso pelo paradoxo aparente: são ilusões dotadas de positividade. São ilusões, na medida em que são *representações ideais* na exata dimensão de que são saturadas de investimento libidinal. São positivas, na exata medida do que Freud chamou de 'estímulo' para o processo sublimatório.

Vamos retornar à comparação entre essas três abordagens e estabelecer algumas diferenças quanto ao valor concedido à retórica individualista ou, como preferimos chamar, ao psicologismo. Consideramos este último um dialeto da cultura psicanalítica e, portanto, o discurso da demanda dos sujeitos dessa cultura, que querem conformar sua subjetividade às *representações ideais* ou ideais analíticos por ela veiculados.

O trabalho de Salem não atribui uma função positiva à retórica psicologizante. Esta é tratada como expressão da 'ideologia individualista'. Nas análises produzidas pela autora, o *psicologismo* é uma linguagem que 'representa' e veicula aquilo que os sujeitos pensam a respeito de suas experiências e seus projetos de transformação social. Assim, o *psicologismo* é tratado como a linguagem que veicula os valores e propostas codificados a partir do individualismo igualitário como *representação ideal* dominante num certo momento no imaginário da modernização social. Estaria, portanto, em desacordo com a 'realidade de fato' que secunda o nascimento do bebê do casal grávido e que 'desmente' as ilusões alimentadas e veiculadas por esse discurso.

O discurso psicologizante acerca do bebê que vai nascer e da família que se quer construir veicula *representações ideais* de igualdade de papéis. Está em desacordo com a 'realidade de fato' da incontornável irreducibilidade do papel de pai ao papel de mãe. O confronto entre as necessidades e expectativas do homem e da mulher após o nascimento do bebê desvelaria o caráter equivocado da representação que o casal faz de si.

A crise do 'casal grávido' teria suas raízes na representação de casal existente nesses grupos. A ética da igualdade que domina sua agenda ideológica prevê que o casal se associe antes por suas semelhanças do que pelas suas diferenças. Os movimentos individuais referidos à diferença sexual que emergem no período puerperal são identificados pelos autores como profundamente disruptivos, em virtude do caráter contraditório com seus ideais.

A crise do casal é definida ainda como constitutiva da própria 'ideologia individualista': "No contexto sócio-cultural onde o 'culto do eu' esboça-se como religião, o relacionamento entre o indivíduo (singular ou coletivo) com a unidade maior que o contém tenderá sempre a apresentar um cunho ambivalente, quando não conflitivo (...) Este dilema fundamenta-se no próprio caráter dual que a instância mais encompassadora manifesta em sua relação com as unidades que abarca, operando na fronteira tênue entre ser um preventivo contra a anomia a que estariam sujeitas as entidades modernas atomizadas e constituir um constrangimento à sua singularização."²³

Discordamos de Salem quanto à natureza do conflito, pois este nos parece menos a resultante de uma oposição entre individualismo e holismo do que um enfrentamento entre duas retóricas igualmente individualistas e psicologizantes. Não trata-las enquanto tal traz alguns embaraços para a análise do material dessas pesquisas.

²³ SALEM T., "A trajetória do 'casal grávido': de sua constituição à revisão do seu projeto", *op.cit.*, 1985.

Coincidentemente, Salem, como Figueira, não registra essa inflexão recentíssima da 'ideologia individualista' ou, como preferimos, da cultura psicanalítica.

No campo das relações conjugais, individualismo igualitário está referido justamente a um ideal de funcionamento compartilhado. O fundamento da representação dos papéis sociais não diferenciados conforme o sexo e a aspiração à plena coletivização da vida dentro da esfera do privado cristalizam as expectativas de plenitude da vida amorosa. Enquanto *representação ideal* saturada de desejo, é romântica, absolutista, generalizante e passional.

A tensão se estabelece quando o ideal individualista igualitário cede terreno a uma outra versão do individualismo, comprometido com a defesa da singularidade irrepitível de cada um, para além de qualquer eventual semelhança. Individualismo da diferença, igualmente romântico nas suas pretensões, não menos desmedido, necessariamente, nas suas exigências de satisfação.

Reiteramos nosso ponto de vista de que a despreocupação com as diferenças de retórica psicologizante no campo do individualismo obscurece as linhas de tensão intracódigo, lançando para fora dessa órbita a oposição que, de direito, se dá no território da própria ideologia. A oposição enfatizada pela autora entre 'ideal' e 'realidade de fato' é a expressão, queremos crer, do insuficiente tratamento das tensões no campo da retórica do psicologismo.

Considerando o processo de revisão do projeto do casal grávido, Salem recolhe alguns depoimentos que testemunham a relação entre a 'desidealização' do projeto inicial e a 'singularização', que se verifica quando a experiência da gravidez e do nascimento do primeiro filho expõe cada um dos participantes ao reconhecimento das suas necessidades singulares. A retórica psicologizante que constitui a *representação ideal* do casal grávido e que enfatiza o caráter totalizante desse projeto dá lugar à outra retórica que assinala as necessidades de um e de outro membro do par, distinguindo-as e elevando-as à condição de importância máxima. Individualismo da diferença, que enfatize ênfase à singularidade de cada um. O discurso sobre as diferenças entre, por exemplo, o nascimento do primeiro e do segundo filho ou entre as relações com a família de origem, antes e depois da primeira experiência de gravidez, indicam a substituição de uma concepção individualista por outra, que não é necessariamente não individualista.²⁴

O artigo de Almeida concentra-se na análise dos contrastes entre a maternidade dos anos 50 e 80. Tendo caracterizado o discurso psicologizante das mães de 80 como dissociado do 'comportamento real' (uma vez que a escolha leva sempre e necessariamente ao destino), Almeida enfatiza a importância que a relação da grávida com novos especialistas tem para a produção da experiência alternativa.

Essas pretensões, sejam de liberdade frente ao destino tradicional feminino, sejam de uma gravidez liberada da relação com a autoridade médica, são percebidas pela autora como uma retórica que encobre as reais continuidades com o modelo ideal 'arcaico' do papel da mulher. O psicologismo, apreendido aqui na forma de uma retórica

²⁴ Quando apresentamos a cultura psicanalítica nos termos desses autores que a ela se referem como uma 'ideologia individualista', não queremos com isso dizer que a teoria psicanalítica do sujeito é uma teoria individualista, de vez que o sujeito para esta teoria justamente não é 'indivíduo'. Queremos nos referir ao imaginário engendrado pela cultura psicanalítica, que é individualista por oposição a holista ou a hierárquico, e apenas nesse sentido específico aceitamos os termos dos autores que tratam do psicologismo como um discurso individualista.

da escolha e da opção, recebe um tratamento semelhante àquele que é adotado por Salem. Nossos hábitos intelectuais resistem a abdicar da noção de ideologia, em que pese a influência que Michel Foucault possa ter exercido. Representação encobridora, a ideologia funciona sempre a serviço do desconhecimento e da falsificação da 'realidade de fato'. Não é capaz de positividade, não funciona, não produz. É máscara que oculta e escotomiza a percepção clara e distinta da verdade.

A crença na opção, segundo nos parece, importa na dissolução de um certo tipo de coerção. Representa para o sujeito uma aquisição no plano da elaboração moral da maternidade. Que a questão de ser ou não ser mãe se desloque do plano dos amores, costumes e hábitos que não devem ser objeto de tematização, questionamento, incerteza ou conflito, para desembarcar no território livre da reflexão e do plano direito à dúvida parece constituir para esses sujeitos um 'ganho em si'. Nesse sentido, não faria parte da 'realidade de fato' o 'processo' pelo qual se decide pela conservação do valor atribuído à maternidade?

O eixo de análise do trabalho de Almeida parece muito próximo da idéia de Figueira de modernização reativa. Surpreendentemente – malgrado o 'processo' pelo qual as mães de 80 aderem ao conteúdo 'arcaico': ser mãe – as conclusões do trabalho não as reconhecem como 'verdadeiramente modernas'. E, no entanto, seria possível dizer que o 'mecanismo foi modernizado'. Paixão da liberdade ou da liberdade de optar quer dizer, no dialeto do psicologismo, o direito legítimo de escolha no campo da consciência e da experiência de si sentimentos de incerteza, convicções adversárias entre si, desejos e aspirações contraditórios. Trata-se, fundamentalmente, de um ideal de democracia intrapsíquica. Que, ao fim e ao cabo, vença o costume ou a tradição é menos importante, parece, que o sentimento que se aufere de 'pensar' que se poderia ter decidido o contrário.

Ao valorizar a retórica psicologizante, o artigo de Lo Bianco localiza esse aspecto com precisão. Em vez de trata-la como algo que encobre, mascara, oculta a permanência da maternidade como valor central entre as referências identificatórias da feminilidade, a autora, nesse trabalho, confere um valor positivo ao discurso psicologizante, positivo no sentido proposto por Foucault em seus esforços para redefinir a noção de poder. Tomar o discurso em sua positividade é tentar apreender seus efeitos a partir da realidade que ele descortina, anuncia e constitui. Lembramos: o psicologismo é um dialeto da paixão. Desde a psicologia dos processos oníricos sabemos que o 'sonho é realização de desejo', que é característico dos processos primários serem regidos pelo princípio do prazer e que é da natureza do desejo que se represente como realizado. A psicologização do feto é uma referência central para a constituição de *representação ideal* da maternidade, cujos efeitos no plano da subjetividade não podem ser reduzidos à mera reação ao modelo arcaico. Enquanto 'conteúdo', a *representação ideal* é um agente na 'modernização do mecanismo'. Sem esse remanejamento da representação da infância, o 'mecanismo de opção' funcionaria do mesmo modo?

A análise dos trabalhos citados revelou, de um lado, a presença de uma diversidade de representações da retórica psicologizante. Não encontramos nenhum registro, nenhuma observação dessa multiplicidade. A retórica da modernização social é acolhida em bloco, e conseqüentemente essas diferenças não auxiliam ao trabalho de análise. Pelo contrário, as diferenças de retórica são um obstáculo que induz os pesquisadores a concluir pela falsidade da ideologia. Essa dificuldade diz respeito

ao valor a ser concedido à retórica psychologizante, se ela será captada enquanto efeito encobridor, bloqueador dos conteúdos identificatórios arcaicos, ou será entendida a partir da sua possibilidade efetiva de mediatizar o trânsito do investimento de uma representação a outra, 'instituindo' o processo pelo qual a mudança pode vir a se dar. Os trabalhos de Lo Bianco e Almeida são exemplares de cada um desses enfoques.

Para Almeida, o discurso psychologizante tem um papel diferenciador e é uma peça estratégica na reação dos sujeitos que aspiram realizar os ideais modernos, contra o 'retorno do arcaico'. Este aspecto se verificaria através da posição adotada pelos profissionais encarregados de promover a experiência alternativa da gravidez, de vez que manejariam a retórica igualitária e anti-hierárquica para demarcar as fronteiras em relação ao modelo médico tradicional. Esta mesma retórica caracterizaria a estratégia de reação das grávidas em relação ao modelo de maternidade de suas mães.

O sucesso do novo modelo de relação médico-paciente advém da *elisão* da inevitável continuidade com o modelo anterior, de vez que a retórica igualitária individualista oculta a permanência da *hierarquia*. Esta se manifesta através da posição de pacientes, que as gestantes continuam ocupando. A submissão à apreciação e ao exame profissional dos que detêm o saber e o pagamento pelos serviços por eles prestados é, no entender da autora, a expressão visível da continuidade.

O 'alternativismo' é um conjunto de saberes e práticas sobre o corpo da grávida e sobre a experiência emocional da gravidez que é enfeixado por uma retórica psychologizante. Nesta retórica, a psychologização do feto faculta à mulher harmonizar a gravidez (conteúdo arcaico) com a representação igualitária dos sexos (conteúdo moderno). Quando a paixão da igualdade entre os sexos dá lugar à valorização dos indivíduos, desaparece uma série de linhas de tensão do momento histórico anterior. A redefinição da gravidez permite assimilar a 'diferença entre os sexos', subordinando-a a hegemonia de uma concepção igualitária. Homem e mulher, adulto e criança são anatomicamente diferentes entre si, mas são idênticos enquanto indivíduos psicológicos no sentido mais amplo. As diferenças nesse terreno são entendidas como singularidade e guardam 'idealmente' uma relação necessariamente problematizada e reflexiva com a diferença anatômica.

A elisão da hierarquia necessária ao funcionamento de uma relação de serviço do tipo médico-paciente é efeito da paixão do igualitarismo, como *representação ideal* da liberdade que assola o imaginário social desde os anos 70. Não existe portanto qualquer diferença entre o fascínio que toma conta do casal no desejo de igualdade ou qualquer outro, seja ele da gravidez, do feto, da criança, ou de 'si mesmo'. Não houve erradicação da concepção igualitária. O surgimento, no final dos anos 70, de uma acentuação singularizante na ideologia individualista modifica as *representações ideais* de inspiração exclusiva neste paradigma. Figueira parece ter-se aproximado de valorizar esse efeito de paixão no que chamou de a dimensão da modernização reativa, qual seja, a 'ilusão identificatória'. A 'reação ao arcaico' nos parece ser a linguagem universal da 'supervalorização' de qualquer código que aspire à exclusividade do investimento. A decepção que Salem constata acompanhar o nascimento da criança na trajetória do casal grávido não nos parece o efeito da modernização insuficiente e da não-dissolução das formas hierárquicas de organização familiar, e sim a consequência de que a 'paixão' que funda esse projeto não é eterna.

Vamos admitir, por hipótese, que a modernização reativa seja o conjunto dos efeitos resultantes da adesão do sujeito a uma ilusão identificatória. Ao se representar

como idêntico ao seu ideal, de sujeito moderno, igual a todo e qualquer outro sujeito, necessariamente são escotomizados os aspectos da própria subjetividade e da relação com o outro que apontam a continuidade com o mundo hierárquico. Essa continuidade não é necessariamente fundada na adesão 'antes recalcada e agora reconhecida' a outro código, mas, como já afirmamos, o sinal de uma mudança no investimento. É a noção chave de liberdade que migra da *representação ideal* do igualitarismo para a *representação ideal* da diferença de desejo entre sujeitos iguais no plano da cidadania.

Os efeitos bloqueadores do arcaico ou negativos, como a eles se refere Figueira, são a expressão do desconhecimento daquilo que, no plano da subjetividade – seja como referência identificatória, seja como desejo –, testemunha a história de outros valores, crenças e sentimentos. Sua análise elide, entretanto, que o arcaico não se reduz às representações forjadas pelo modelo de família dos anos 50. O arcaico tem origem num passado onde o sujeito necessariamente ocupou outras posições na organização familiar, diferentes da que ocupa ou aspira a ocupar no presente. Do ponto de vista do 'modo de investimento', é disso que se trata.

O vínculo que liga o sujeito ao código hierárquico, do nosso ponto de vista, é menos um acidente associado a período histórico em que foi socializado e muito mais uma contingência inevitável de que todo adulto foi um dia criança. Por mais igualitárias que as relações dos adultos com as crianças aspirem a ser, não é possível contornar a dependência infantil.

É por essa razão que preferimos valorizar o hierárquico ou arcaico como referido ao infantil. Arcaico, então, é um certo tipo de investimento que se associa à inevitável passagem pelo 'hierárquico' que não se perde, pois se reedita cada vez que uma representação é investida de desejo. A adesão aos conteúdos modernos pode ser efeito do mesmo tipo de investimento que sustenta a adesão às representações do mundo infantil.

Se tomamos o trabalho de Lo Bianco como a expressão da concepção positiva do psicologismo, é porque pretendemos articula-la conceitualmente à questão da modernização verdadeira. Seria preciso pensar na possibilidade, considerada pela autora, de que a retórica psicologizante, em alguns contextos, e através de algumas categorias suturadoras, ultrapasse a oposição entre arcaico e moderno, constituindo um referencial identificatório que moderniza porque harmoniza aspirações fundadas em cada um desses modelos. O 'conteúdo' desempenharia seu papel na 'modernização do mecanismo'.

Em que sentido pode-se dizer que a psicologização do feto *moderniza* porque *harmoniza* aspirações e papéis femininos contraditórios? Por que essa *harmonia* promovida pela psicologização do feto é percebida como mais *moderna*? A aproximação com a idéia de 'mecanismo da opção', de Figueira, é transparente, pois essa noção assenta-se no sentimento de tolerância experimentado pelo sujeito frente a desejos e aspirações fundados em dois códigos sociais distintos. A harmonia entre os conteúdos arcaicos e modernos é o aspecto valorizado, por um e por outro autor, para conceituar modernidade. O valor implícito da singularidade do desejo governaria a produção desses conteúdos harmonizadores.

Para Lo Bianco, não é o conteúdo da gravidez alternativa, representado pela psicologização do feto, que é moderno por si, e sim o efeito que ele tem sobre a modernização dos papéis femininos. Se, num certo momento da biografia da mulher, a maternidade, como aliás constata Almeida, é percebida como um embaraço para a sua

profissionalização, de acordo com Lo Bianco, a psicologização do feto, ao investir a gravidez de novos significados, harmoniza-a com o trabalho extradoméstico.

O conteúdo da representação de 'filho' e da representação de 'mãe' importa no reconhecimento da singularidade de cada um. A singularidade de cada um justifica e legitima que o pleno e melhor exercício da função materna dispense a dedicação exclusiva à criança. O conteúdo novo da representação de feto é essencial, portanto, do ponto de vista da autora, para que o sujeito alcance a tolerância na convivência entre o moderno e o arcaico.

RESUMO

Psicologismo e Mudança Social

Trata-se de uma discussão de parte da literatura antropológica e sociológica acerca da recente modernização da família brasileira, desde um modelo hierárquico para uma organização igualitária. Enfatizamos a importância de que sejam considerados, na análise desse processo, os efeitos das mudanças na 'cultura psicanalítica' que entendemos como parte indissociável do imaginário da modernização social.

ABSTRACT

Psychologism and Social Change

The text offers a discussion of part of the anthropological and sociological literature concerning the recent modernization of the Brazilian family, moving away from a hierarchical model and toward egalitarian organization. In analyzing this process, it is important to take into account the effects of these changes on psychoanalytical culture, which the author sees as an indissoluble part of the imagery of social modernization.

RESUME

Psychologisme et Changement Social

Ce texte analyse une partie de la littérature anthropologique et sociologique qui traite de la modernisation récente de la famille brésilienne, laquelle est passée d'un modèle hiérarchisé à un modèle basé sur une organisation égalitaire. L'auteur souligne un point important pour l'analyse de ce processus : que soient pris en considération les effets des changements survenus dans la culture psychanalytique car, selon lui, celle-ci constitue une partie inséparable de l'imaginaire de la modernisation sociale.

